



Anais da Assembléia

Nº 160

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 30 DE SETEMBRO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo Deputado VALDIR ROSSONI
PDT Deputado WALMOR TRENTINI
PTB Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL Deputado ELIO RUSCH
PSDB Deputado CESAR SILVESTRI
PT Deputado PERICLES H. MELLO
PPB Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kielse - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albenor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Selama - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 08: Ademair Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cantário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinho Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 98ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 1997
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Angelo Vanhoni, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Cafo Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duffio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - Esta 2ª Secretaria agradece a presença, com toda a honra, a todos os deficientes que estão aqui para acompanhar a votação deste Projeto, isso que digo é em nome desta 2ª Secretaria, em nome do Senhor 1º Secretário e em nome, com muito orgulho, do Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, e do Deputado Luiz Carlos Zuk,

sejam bem vindos a este Parlamento, este Parlamento é dos Senhores.

O Sr. 1º SECRETÁRIO - procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 056/97

Curitiba, 24.09.97

Senhor Presidente.

Tenho a honra de submeter à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, o anteprojeto de lei que aprova um ajuste no valor de R\$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais), ao vigente Programa de Obras da Secretaria de Estado da Segurança Pública, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, para viabilizar a construção das Cadeias Públicas de Londrina e de Quatro Barras e a reforma das Cadeias dos Municípios de Luiziana e Cianorte.

Esclareço também que a composição dos recursos para a cobertura da referida programação, são os seguintes:

- R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), da fonte 07 - Convênios com Órgãos Federais;

- R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), da fonte 00 - Ordinário não Vinculado, de contrapartida do Estado.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JEIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica procedido um ajuste no Programa de Obras constante do Anexo V da Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, no valor de R\$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais), de acordo com os Anexos I e II desta lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ACRESCIMO DAS OBRAS		ANEXO I		PL. 01	
		ANEXO		R\$ 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	1	PONTE	VALOR	PROCESSO
3900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	1	1		1
3903	DEPARTAMENTO DA POLICIA CIVIL	1	1		1
2110	EXECUCAO DOS SERVICOS DE POLICIA JUDICIARIA	1	1		1
0003	CONSTRUIR A CADEIA PUBLICA DE LONDRINA (A)	1	00	80.000	0739
0004	CONSTRUIR A CADEIA PUBLICA DE QUATRO BARRAS (A)	1	07	400.000	0739
		1	00	20.000	0739
0005	REFORMAR A CADRIA PUBLICA DE LUIZIANA	1	07	100.000	0739
		1	00	20.000	0739
0006	REFORMAR A CADRIA PUBLICA DE CIANORTE	1	07	100.000	0739
		1	00	20.000	0739
		1	07	100.000	0739
TOTAL		1	TES.	840.000	1
		1	O.P.	0	1

REDUÇAO		ANEXO I I		PL. 01	I
DAS OBRAS		ANEXO		R\$ 1,00	I
CODIGO	ESPECIFICACAO	PONTE	VALOR	PROCESSO	
3900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	I	I	I	I
3903	DEPARTAMENTO DA POLICIA CIVIL	I	I	I	I
2110	EXECUCAO DOS SERVICOS DE POLICIA JUDICIARIA	I	I	I	I
0001	CONSTRUIR 11 DISTRITOS PARA A POLICIA CIVIL EM	I	I	I	I
	BAIRROS DO MUNICIPIO DE CURITIBA (A)	I 00	140.000	0739	I
		I 07	700.000	0739	I
TOTAL		I TRS.	840.000	I	
		I O.P.	0	I	

MENSAGEM Nº 057/95

Curitiba, 25.09.97

Senhor Presidente.

Através da presente tenho a honra de solicitar a essa augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o disposto no art. 54, inciso XI, da Constituição Estadual, autorização para me afastar do país, entre os dias 6 a 16 de outubro próximo, com destino à Polônia e Ucrânia, para visita oficial atendendo convite dos respectivos governos e, eventualmente, no retorno, à França, a fim de, em Paris, comparecer a encontro junto a empresários que participam da "Equipauto", ocasiões em que serão feitos contatos com vistas ao trato de assuntos de interesse do Estado do Paraná.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente autorização, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2157

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Tribunal de Alçada do Paraná, em comemoração aos 27 anos de sua existência.

Sala das Sessões, em 30.09.97
(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Criado em 1970 para julgar recursos a decisões judiciais em causas de valores inferiores a quatro salários mínimos e processos por crimes e contravenções com penas de multa, prisão simples ou detenção, o Tribunal de Alçada paranaense tinha como premissa agilizar a Justiça no Estado. Desde então, vem cumprindo fielmente este objetivo, tanto que ao longo dos anos foi aumentando suas atribuições, ao ponto de receber somente neste ano, mais de 12 mil processos, 14% a mais que no mesmo período do ano passado.

Do total de processos recebidos neste ano, entre questões cíveis e criminais, 11.679 já foram julgados por seus 49 juízes distribuídos em oito câmaras cíveis e quatro criminais. O desempenho destes magistrados, que apesar de assobrecarregados de trabalho, uma falha inerente à Justiça brasileira, que sobrecarrega seus juízes, merece o registro do elogio à competência, ao despreendimento e muitas vezes, o sacrifício da vida pessoal em função das atividades atribuídas que são parte de suas rotinas de trabalho. Qualquer instituição só sobrevive e cumpre suas finalida-

des, se o elemento humano estiver em consonância e não perder de vista as causas que elegeu e que imprimem correção e retidão no cumprimento de suas atividades. Para cada um dos 49 magistrados do Tribunal de Alçada do Judiciário do Paraná, registramos aqui, do Poder Legislativo, nossa homenagem e destacamos que os 27 anos do TA merecem ser comemorados justamente porque ao longo destes anos, sempre teve em seus quadros, juízes que só engrandecem e dignificam a função e a essência do próprio Tribunal de Alçada.

REQUERIMENTO Nº 2158

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Diretório Central dos Estudantes, DCE, da Universidade Estadual de Londrina, UEL, em comemoração aos 25 anos de atividades da entidade.

Sala das Sessões, em 30.09.97
(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Os estudantes atuais da Universidade Estadual de Londrina, UEL, e aqueles que frequentavam a instituição nos idos de 1972, têm muito a comemorar. Em 26 de setembro deste ano, o Diretório Central dos Estudantes, DCE, fez festa para recordar a criação da entidade, reunindo antigos alunos e lideranças estudantis, com a juventude que é acadêmica da UEL atualmente. Marcado pela disposição em dar uma formação completa ao universitário, incluindo a conscientização política e a preocupação com as questões sociais, preparando-o para inserir-se num contexto mais amplo, além da formação para o mercado de trabalho, o DCE da UEL cumpre ao longo dos anos seus objetivos. De sua criação, há 25 anos, até hoje, assiste a comunidade estudantil em questões que fogem das salas de aula. É o estudante da UEL um privilegiado pela existência do seu DCE e o trabalho que realiza na preparação do futuro profissional, inserindo-o numa visão humanística. Pelo trabalho das diretorias anteriores, daqueles que acreditaram há 25 anos que o DCE da UEL seria possível, e por aqueles que hoje dirigem a entidade, solicitamos estes votos de congratulações, uma singela homenagem deste Deputado que representa a região de Londrina nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 2159

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações, aos Senhores Ruy Alberto Zibetti, Nilson Rosa de Farias e Elias Andrade de Jesus, escritores que estarão lançando o livro "Gestão Ambiental - Responsabilidade da Empresa", no Município de Cascavel, neste dia 30 de setembro do cor-

rente.

Peço enviar cópia aos Senhores Ruy Alberto Zibetti, Nilson Rosa de Farias e Elias Andrade de Jesus, na Rua Senador Souza Naves, 4081, Edifício São Bernardo, Cascavel-PR, CEP: 85.801-250.

Sala das Sessões, em 30.09.97
(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2160

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações, pela realização dos Jogos Mundiais da Natureza ao Senhor Governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner; Secretário de Estado do Esporte, Osvaldo dos Santos; Presidente do Comitê Organizador dos Jogos, José Carlos Gomes de Carvalho; Prefeito do Município de Foz do Iguaçu, Harry Daijó; Prefeito do Município de Guaíra, Manoel Kuba; Prefeito do Município de Mercedes, Celso Weiss; Prefeito do Município de Marechal Cândido Rondon, Ariston Limberger; Prefeito do Município de Pato Bragado, Verno Scherer; Prefeito do Município de Entre Rios do Oeste, Lauro Rohde; Prefeito do Município de Santa Helena, Silton Schimidt; Prefeito do Município de Missal, Laci Deonfzio Giehl; Prefeito Municipal de Itaipulândia, Miguel Bayrie; Prefeito do Município de São Miguel do Iguaçu, Armando Luiz Polito e Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Itaipu, Ana Maria Callet.

Sala das Sessões, em 30.09.97
(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2164

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro de votos de congratulações à Universidade Estadual de Ponta Grossa, por ter seus cursos de Serviço Social e de Engenharia de Materiais classificados em 3º lugar no 16º ranking nacional da Revista Playboy.

Sala das Sessões, em 30.09.97
(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

Pelo 16º ano consecutivo a Revista Playboy avalia os cursos superiores no Brasil e nesta avaliação classificou os cursos de Serviço Social e de Engenharia de Materiais da UEPG em 3º lugar.

Essa classificação é resultado do esforço, dedicação e trabalho da direção, professores, servidores e alunos da UEPG e, principalmente, dos integrantes daqueles cursos e é motivo de júbilo para todos nós paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 2163

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, Voto de Congratulações e Aplausos a TV Tarobá, pela passagem do seu 18º aniversário, pois a TV Tarobá tem pautado-se por uma programação plural e democrática, prestando sempre um grande serviço a Cascavel e região.

Outrossim, REQUER, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Diretor Presidente da TV Tarobá, Pedro Muffato (sítio Rua Tarobá nº 6, Cascavel-PR, CEP 85.807-370, fone: (045) 225-4141), para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná receba os votos de congratulações e aplausos.

Sala das Sessões, em 30.09.97
(a) IRINEU COLOMBO.

REQUERIMENTO Nº 2168

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, com posicionamento contrário desta Casa de Leis, à Resolução da Secretaria de Estado da Educação, que proíbe ao servidor público, ocupante

da função de diretor do estabelecimento de ensino de 1º e 2º graus, da rede pública estadual, a possibilidade de concorrer, em eleições diretas, a novos mandatos sucessivos.

Sala das Sessões, em 30.09.97
(a) ANIBAL KHURY.

Apoiamento: Neivo Beraldin.

JUSTIFICATIVA:

Não se justifica qualquer proibição aos atuais diretores de estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus, da rede pública estadual, de concorrer a outro mandato.

O princípio básico da democracia nos ensina que o administrador capaz, que age dentro das normas de moralidade administrativa, deve ser reconduzido a novo mandato, bastando para isso, que tenha o apoio da comunidade.

Sendo assim, não podemos aceitar a proibição da reeleição de diretores de estabelecimentos de ensino, entendendo que devemos deixar a comunidade julgar o seu administrador. Isso é democracia.

REQUERIMENTO Nº 2169

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido dos moradores do bairro Jarim Santa Fé, os quais pedem a passagem da carrocinha na rua São. Muitos cachorros andam soltos pelas ruas, deixando a população apreensiva.

Sala das Sessões, em 30.09.97
(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

REQUERIMENTO Nº 2170

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no Município de Colombo, mais especificamente no Jardim Monte Castelo, face um sério problema que há muito tempo vem ocorrendo. Jovens roubam carros em Curitiba e para esse local se dirigem, em alta velocidade, promovendo "rachas", deixando os moradores das proximidades apavorados. Muitas vezes eles põem fogo nos carros, deixando toda a população muito apreensiva. Afirmam os moradores que já fizeram tal pedido para a Polícia Militar, porém não foram atendidos e a situação vem se agravando a cada dia. Pedem eles que providências sejam tomadas o mais breve possível, prevenindo-se desta forma algum acontecimento mais grave.

Sala das Sessões, em 30.09.97
(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2171

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve, o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Alto Maracanã, os quais pedem a passagem da carrocinha no local. São muitos cachorros que ficam pelas ruas, deste bairro, incomodando muito os pedestres, avançando nas pessoas e espalhando lixo pelas ruas.

Sala das Sessões, em 30.09.97
(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 493/97

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Foz do Iguaçu-APAE, o imóvel constituído pelo lote de nº 179, do quadrante 10, quadricula 01, setor 06, quadra 38, situado em Foz do Iguaçu, com área de 3.584,41m², registrado no Cartório de Registro de Imóveis daquele município, sob matrícula nº 18.391, bem como as benfeitorias nele existentes.

Art. 2º - O imóvel de que trata o art. 1º desta lei, será utilizado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Foz do Iguaçu-APAE, exclusivamente como sede da entidade, não podendo ter destinação diversa, sob pena desta doação tornar-se automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que nele existem e que porventura venham a ser edificadas, ao Governo do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando ainda, gravada com cláusula de inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.09.97

(a) SÁTIIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Foz do Iguaçu - APE, é uma sociedade civil, filantrópica assistencial, sem fins lucrativos, regida na forma da lei e reconhecida de Utilidade Pública Municipal, Estadual e Federal, tendo por finalidade promover o bem estar e o ajustamento em geral dos indivíduos excepcionais, onde quer que se encontrem, estimulando os estudos e pesquisas relativos aos problemas dos excepcionais, cooperando com as instituições públicas e particulares empenhadas na educação de excepcionais e incentivando a disseminação das mesmas ou criá-las, estimulando o trabalho artesanal dos excepcionais por meio de exposição, de cooperativas, de oficinas protegidas, devolvendo a cultura especializada e o treinamento de pessoal destinado a trabalhar no campo da educação para excepcionais, atendendo indiscriminadamente de sexo, cor, idade ou classe social o excepcional.

A entidade já ocupa o imóvel objeto desta proposição, por comodato, desde 1991, através de termo celebrado com o Governo do Estado, valendo salientar que com a doação a mesma poderá promover benfeitorias com recursos próprios e da comunidade, beneficiando assim sobremaneira a sua clientela.

PROJETO DE LEI Nº 494/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica denominada Rodovia Prefeito José Alves Pereira, o trecho da Rodovia PR-431, que liga os Municípios de Ribeirão Claro e Jacarezinho, partindo de seu entroncamento na Rodovia BR-151, até o seu entroncamento com a Rodovia BR-153 no Município de Jacarezinho.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.09.97

(a) RENVY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

José Alves Pereira, nascido no dia 07 de maio de 1915 e falecido no dia 23 de agosto de 1996, na cidade de Ribeirão Claro, de família pioneira na região, ajudou desde criança a desbravar aquela região, tendo seu avô como um dos fundadores daquela cidade. Foi responsável direto na luta pela pavimentação da Rodovia PR-431, com sua liderança e credibilidade.

Consideramos justa e merecedora esta homenagem, tendo em vista que o mesmo como cidadão e homem público, somente deixou exemplos de trabalho, dignidade e honradez, qualidades estas decantadas incansavelmente pela população Ribeirão Clarense, pois além de sua participação em marcantes obras públicas quando no exercício do mandato de prefeito, sempre encontrava tempo para ações sociais que atendiam a população mais carente, tendo sido um dos fundadores do Asilo São Vicente de Paulo, e seu Presidente por mais de trinta anos pelos relevantes serviços que prestava a frente daquela instituição, no amparo do ser humano, que se encontrava muitas vezes abandonado pela sociedade e pela família.

José Alves Pereira, sempre seguiu o exemplo deixado por seus pais e seus avós, porque ali nasceu, cresceu, e casou com a Sra. Laura Garrido Pereira, também falecida, não se afastando do seu berço natal, e constituindo uma nova família, e cujos filhos ali também residem, tendo seu filho Mario Augusto Pereira, exercendo o seu segundo mandato como prefeito daquele município, que segue ri-

gidamente o exemplo deixado pelo pai, no zelo pelas coisas públicas, e dedicação pela cidade que sua família ajudou a construir.

PROJETO DE LEI Nº 495/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Parágrafo Único do Artigo 2º da Lei nº 11.027, de 29.12.94, que passa a vigorar com a seguinte redação.

Parágrafo Único - A Região Metropolitana de Curitiba é constituída pelos municípios de Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campinas Grande do Sul, Campo Largo, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Mandirituba, Piên, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Quitandinha, assim por outros municípios criados em áreas territoriais delas desmembradas.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.09.97

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A inclusão do Município de Piên, na lista dos municípios que constituem o território da Região Metropolitana de Curitiba, se faz necessária já que geográfica, histórica e economicamente encontra-se este município ligado à grande Curitiba.

Assim sendo, através de nossa medida esperamos sanar este erro de omissão cometido pelo legislador da lei de instituiu a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, quando não incluiu tão prospero município na listagem de municípios pertencentes à Região Metropolitana.

PROJETO DE LEI Nº 496/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Rafael Iatauro.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.09.97

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Rafael Iatauro, nobre Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, reúne em si toda uma história de trabalho, honestidade, eficiência e de visão de futuro. Como esposo, como pai e como avô, Dr. Iatauro reúne em volta de si uma família maravilhosa. Ao lado de Dona Magali Clea de Medeiros Iatauro, com quem tem três filhas: Grácia Maria (casada), Caroline (casada) e Giovana (casada). E tem três netos: Rafaela, Rodrigo e Nicolas.

Natural de São Simão /SP, Dr. Rafael Iatauro atua nas atividades profissionais mais diversas, além de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. É auditor do TCPR, é bacharel em direito, bacharel em ciências econômicas, bacharel em comunicação, professor universitário, escrivão da Fazenda Pública e jornalista.

Relações públicas da Fundação Paranaense de Assistência ao Trabalhador Rural, do Governo do Estado do Paraná, de 1959 a 1961.

Relações públicas da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná de 1961 a 1962.

Coordenador geral do plano "Alimentos para o Brasil", adotado pelo Governo do Paraná, visando suprir regiões carentes de produtos alimentícios, 1963.

Escrivão da Vara Cível e Anexos da Comarca de Araucária - PR., nomeado por habilitação em concurso público, 1963.

Escrivão da 3ª Vara Feitos da Fazenda Pública do Estado (atual 17ª Vara Cível), em Curitiba, por remoção decorrente do Conselho Superior de Magistratura, 1963 a 1966.

Juiz Substituto do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, nomeado por Decreto Governamental de 13 de agosto de 1.966 (auditor).

Ministro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, cargo vitalício, nomeado por Decreto Governamental de 28 de dezembro de 1966 (atual conselheiro).

Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná em 1973 e reeleito para o exercício de 1974, novamente reeleito presidente em 1992 e reeleito para 1993.

Vice-Presidente e Corregedor Geral do Tribunal de Contas do Estado do Paraná por diversas vezes.

Membro de vários congressos de Tribunais de Contas do Brasil.

Conselheiro efetivo do Conselho Regional de economia e 6ª Região/PR., nomeado para o período de 1974/75, por Decreto do Presidente da República e Resolução nº 829/74, do Conselho Federal de Economia.

Conselheiro da Associação Brasileira dos Municípios ABM 1995/1997.

Presidente do Centro Estudantil do Colégio Estadual do Paraná.

Duas vezes vice-presidente da União Paranaense dos Estudantes Secundários, da qual foi presidente interino.

Membro da diretoria da União Brasileira dos Estudantes Secundários.

Presidente do Diretório Municipal de Curitiba, vice-presidente do Diretório Regional do Paraná, e membro do Diretório Nacional do extinto Partido Trabalhista Nacional.

Publicações diversas sobre economia, direito e finanças, em jornais e revistas locais.

Ex-editor e ex-comentarista de jornal, rádio e televisão (jornalista profissional, 1955/1969).

Cidadão Honorário de: Curitiba, Cascavel, Cornélio Proença, Piraí do Sul, Jacarezinho e Umuarama.

E agora temos a oportunidade de nesta Casa de Leis formularmos esta homenagem ao nosso Doutor Rafael Iatauro. Concedendo-lhe o Título com maior significado da Assembleia Legislativa com a cidadania honorária do Estado do Paraná. É a melhor forma de nós Paranaenses oferecermos ao Doutor Iatauro nossa eterna gratidão.

PROJETO DE LEI Nº 497/97

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ABASE - Aliança Brasileira de Assistência Social e Educacional.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.09.97

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

A ABASE - Aliança Brasileira de Assistência Social e Educacional tem por objetivo criar, coordenar, dirigir e manter instituições que visem o ensino, a educação cristã e a assistência.

A ABASE encontra-se registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, do Ministério da Previdência e Assistência Social desde 1967.

PROJETO DE LEI Nº 498/97

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta Lei, a instituir o Programa "Fundo de Aval" com o objetivo de apoiar as micros, pequenas e médias indústrias paranaenses nas garantias de seus financiamentos junto aos órgãos públicos de fomento no Estado, através da concessão parcial de aval.

Art. 2º - O Programa "Fundo de Aval" terá dotação orçamentária inicial de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), lastreado por ações preferenciais da COPEL - Companhia Paranaense de Energia, em poder do Tesouro do Estado.

Art. 3º - O Programa "Fundo de Aval" terá natureza escritural e será administrado pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE - Agência de Curitiba - Pr.

Parágrafo Único - O Banco Regional de Desenvolvi-

mento do Extremo Sul - BRDE - Agência de Curitiba - Pr., prestará contas anualmente à Assembleia Legislativa do Paraná informando, obrigatoriamente, quais empresas beneficiadas pelo Programa e seus respectivos proprietários ou sócios, o valor do financiamento e do aval concedido, a área de atuação industrial da empresa e o município do empreendimento.

Art. 4º - O aval somente será concedido como garantia de financiamento de investimento fixo realizado por micro, pequena ou média empresa industrial estabelecida no Estado do Paraná e que não possua suficiente garantia real para atender as exigências do financiamento bancário.

Art. 5º - O valor máximo de financiamento a ser coberto pelo Programa "Fundo de Aval" será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), por operação.

Parágrafo 1º - O "Fundo de Aval" avaliará integralmente o valor do financiamento para as empresas de base tecnológica, e até 70% para as demais empresas, até o limite máximo estabelecido no "caput" deste artigo, ficando a empresa tomadora, seja de qual natureza for, responsável pela indicação de garantias reais que correspondam ao valor exigido pela entidade financiadora.

Parágrafo 2º - Para efeitos desta Lei, entende-se como empresa de base tecnológica aquela que fundamenta sua atividade no desenvolvimento de novos produtos e/ou processos baseados na aplicação sistemática de conhecimentos científicos e tecnológicos e na utilização de técnicas inovadoras ou pioneiras.

Parágrafo 3º - Para enquadramento como empresa de base tecnológica é necessário a apresentação do projeto de investimento com parecer favorável dos Centros Tecnológicos existentes no Estado e acolhimento da entidade financeira.

Art. 6º - Em caso de inadimplemento, o "Fundo de Aval" somente será acionado pelo agente financeiro após formalizar a execução judicial contra a empresa e arroladas todas as garantias reais existentes.

Art. 7º - O "Fundo de Aval" honrará o saldo devedor com a venda de ações em carteira, até o limite do percentual da garantia estipulada no contrato, independente do fato de as garantias reais apresentadas pela empresa não vierem a suprir os débitos em questão.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder as adaptações orçamentárias e a estabelecer os mecanismos operacionais necessários à execução desta Lei.

Parágrafo Único - Fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias para que as Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, da Fazenda e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE - Agência de Curitiba, estabeleçam o regulamento do "Fundo de Aval" definindo o tamanho das empresas a serem contempladas; a fixação do percentual do custo do aval, como remuneração do "Fundo", e os parâmetros de comprovação das garantias reais.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.09.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

As limitações de garantia real das micros, pequenas e médias empresas industriais junto aos organismos financeiros tem sido motivo de sérias dificuldades para implantação e expansão de atividades produtivas, principalmente no caso de projetos de empresas emergentes, que envolvem inovações tecnológicas.

É dispensável discorrer sobre a importância dessas empresas na economia, fundamentalmente como agente empregador de mão-de-obra.

As entidades financeiras oficiais, mesmo que sensíveis a uma flexibilização quanto às garantias, encontram dificuldades, uma vez que devem atender à legislação estabelecida pelo Banco Central do Brasil, no que tange à obrigatoriedade dos financiamentos estarem devidamente lastreados. Tradicionalmente, tem-se uma relação mínima de 1,3 ou seja, para R\$ 1,00 de financiamento exige-se R\$ 1,30 em garantias reais.

Desta forma, o acesso ao financiamento fica restrito a empresa já estabelecida, que dispõe de garantias, perma-

necendo discriminadas as pequenas e médias empresas emergentes, sem condições de atender as exigências bancárias.

Diante de tais fatos, este Projeto de Lei objetiva criar o Programa "Fundo de Aval" para amparar as micros, pequenas e médias empresas industriais estabelecidas no Estado do Paraná, em especial àquelas de base tecnológica, que não possuam suficientes garantias reais para atender às exigências de financiamento junto às instituições oficiais de crédito no Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 499/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Os Cartórios de Registro Civil das pessoas naturais do Estado, através de seus oficiais, ficam obrigados a remeter cópia das certidões de óbito lavradas nos cartórios ao Tribunal Regional Eleitoral e ao Instituto de Identificação do Estado do Paraná, no prazo de 15 (quinze) dias após o registro do óbito.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.09.97.

(a) EDGAR BUENO

Apoiamento: Irineu Colombo.

JUSTIFICATIVA:

Ao ser atingida pela morte de um familiar, além do abalo emocional e transtornos decorrentes da perda de um ente, os parentes do "de cujus" devem inúmeras providências burocráticas como: cartas às instituições financeiras, associações, as entidades a que a pessoa falecida estava ligada, etc.

Muitos não têm conhecimento de que o Estado não se encarrega de comunicar o óbito às repartições públicas, no caso, à Zona Eleitoral onde estava inscrita, e ao Instituto de Identificação.

Assim, visando evitar, como tem ocorrido, convocações de pessoas já falecidas, entendemos que a comunicação do óbito ao TRE levará a informação à Zona Eleitoral, anulando-se, assim, o registro da pessoa como eleitor.

É pela necessidade do serviço que será oferecido à população que solicito aos nobres pares a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 500/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Consciência e Trabalho, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.09.97.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Consciência e Trabalho tem como função a nobre tarefa de formar e qualificar pessoas de baixa renda e que não possuem profissão definida. Para tanto, possui e mantém uma escola profissionalizante ofertando cursos totalmente gratuitos.

Os cursos ministrados atendem pessoas jovens, carentes, na faixa etária de 15 anos e também pessoas com idade mais avançada que não tenham profissão definida e, que delas dependam o sustento da família.

Para atingir os objetivos na área de profissionalização, a Fundação estabelece convênios com o SENAI, SENAC e Estação do Ofício. Os convênios desenvolvem-se da seguinte maneira: a Fundação contrata e paga os instrutores, compra todo o material didático e material para as aulas práticas, arca com os encargos para a manutenção e cede o espaço físico. Ao parceiro compete fornecer o apoio pedagógico e estrutural e o certificado de conclusão que é de reconhecimento nacional.

Através da Fundação Consciência e Trabalho, já foram atendidos 134 alunos, gerando nova oportunidade profissional para os mesmos.

É pela nobreza das atividades exercidas pela Fundação Consciência e Trabalho que solicito aos nobres pares a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 501/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, através do Departamento de Trânsito - DETRAN/PR, a Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN), no Município de Capitão Leônidas Marques.

Parágrafo Único - Ficam incluídos os Municípios de Santa Lúcia, de Boa Vista da Aparecida e de Lindoeste na área de abrangência da CIRETRAN de Capitão Leônidas Marques.

Art. 2º - As dependências físicas e as despesas necessárias para o funcionamento da CIRETRAN ficarão a cargo do Município de Capitão Leônidas Marques.

Art. 3º - Ao Departamento de Trânsito - DETRAN/PR caberá o treinamento do funcionalismo público municipal a ser colocado à disposição da CIRETRAN de Capitão Leônidas Marques.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.09.97.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

Em 1983, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou projeto criando 74 (setenta e quatro) CIRETRANS no Estado. Atualmente, passados 14 (quatorze), as estatísticas demonstram que o número de habitantes que necessitam dos trabalhos do Departamento de Trânsito no Estado dobrou e se faz urgente a viabilização de mudanças na legislação no sentido de agilizar-se a prestação de serviços por parte do Estado.

O município de Capitão Leônidas Marques possui população aproximada de 18.000 habitantes.

Por ser sede de Comarca, torna-se acessível aos Municípios de Boa Vista da Aparecida, Santa Lúcia e Lindoeste, populações que hoje enfrentam grandes problemas no que se referem às questões pertinentes aos serviços prestados pelas CIRETRANS, como regularização e trâmites de documentos de veículos, habilitações e renovação das mesmas.

A população de Capitão Leônidas Marques e dos outros municípios não contam com tais serviços, ficando obrigadas a deslocar-se à CIRETRAN mais próxima e enfrentando longas filas que prejudicam a população trabalhadora.

A região possui um número considerável de veículos e seus habitantes passam por muitas dificuldades para usufruir dos serviços da CIRETRAN mais próxima.

Desta forma, apresentam-se as justificativas para acatar a pretensão da região, criando a CIRETRAN.

É pela necessidade das atividades que serão oferecidas à população que solicito aos nobres pares a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 502/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Capítulo I

DOS DESPACHANTES

Art. 1º - As atividades profissionais de despachante, perante o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN-PR, passam a ser regidas pelo disposto na presente lei.

Art. 2º - A atividade de despachante constitui serviço autorizado pelo Poder Público Estadual, nos termos da lei, mediante ato do Diretor do DETRAN-PR, que atribuirá a condição unicamente à pessoa física.

Parágrafo-Primeiro - O despachante credenciado pode exercer suas atividades através de firma individual ou organizando-se em sociedade, integrada, exclusivamente, por despachantes credenciados.

Parágrafo-Segundo - O exercício da atividade, denominação e título de despachante são privativos daqueles habilitados e devidamente credenciados pela autoridade competente, na forma da lei.

Art. 3º - O despachante, independentemente de mandato, poderá exercer suas atribuições perante o DETRAN-PR, em nome de seus comitentes.

CAPÍTULO II

Da Habilitação e Credenciamento

Art. 4º - O credenciamento de despachante será feito por ato do Diretor do DETRAN-PR, após habilitação em concurso de provas e títulos.

Art. 5º - Em cada município será credenciado um despachante de trânsito para cada 2.000 (dois mil) veículos registrados.

Parágrafo Único - Em municípios com número de veículos registrados menor que o indicado no caput serão credenciados 2 (dois) despachantes, sendo que novos despachantes somente serão credenciados após se atingir 3.000 (três mil) veículos registrados.

Art. 6º - Para ser credenciado o candidato deverá comprovar o preenchimento dos seguintes requisitos:

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) ser eleitor e estar quite com as obrigações eleitorais;
- c) ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- d) estar em dia com o serviço militar;
- e) possuir certificado de conclusão do 2º grau;
- f) apresentar certidão de antecedentes criminais expedida pela Justiça Estadual e pela Justiça Federal dos locais em que residiu ou exerceu atividades econômicas nos últimos 5 (cinco) anos;
- g) apresentar certidão negativa expedida pelo cartório do protesto de títulos dos lugares em que residiu ou manteve atividade econômica nos últimos 5 (cinco) anos;
- h) gozar de boa saúde física e mental, comprovada através de laudo oficial;
- i) apresentar certidão negativa expedida pelo cartório de falências e concordatas dos locais em que residiu ou manteve atividade econômica nos últimos 5 (cinco) anos;
- j) apresentar fotocópia do cartão de identificação da pessoa física expedido pelo Ministério da Fazenda;
- l) estar regularmente filiado ao sindicato representativo da categoria.

Art. 7º - O concurso será de provas escritas e de títulos, conforme regulamento, obedecidos os seguintes requisitos:

- I - as provas escritas versarão sobre:
 - a) português;
 - b) matemática;
 - c) legislação de trânsito;
 - d) legislação relativa ao IPVA; e) legislação relativa à organização da atividade dos despachantes de trânsito.
- II - A nota mínima será de 50% (cinquenta por cento) de acertos em cada disciplina.

Art. 8º - Os candidatos classificados no concurso, para as vagas existentes nos municípios para os quais se inscreveram, deverão ser submetidos a um curso sobre as rotinas do DETRAN-PR e a legislação pertinente ao setor.

Parágrafo Único - Serão considerados habilitados os candidatos que, aprovados no concurso, obtiverem aproveitamento no curso de 60% (sessenta por cento) do conteúdo e frequência de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das aulas.

Art. 9º - Os candidatos classificados para as vagas previstas em edital, para obterem credenciamento, deverão, em 45 (quarenta e cinco) dias da publicação do resultado apresentar ao DETRAN-PR:

- I - prova de estabelecimento sob a forma de firma individual ou sociedade civil;
- II - prova de inscrição no CGC do Ministério da Fazenda;
- III - comprovante de inscrição na Previdência Social;
- IV - alvará de licença e localização expedido pela Prefeitura Municipal.

Art. 10 - O Diretor do DETRAN-PR, cumpridas as

exigências previstas neste Capítulo, expedirá documento credenciando o despachante a iniciar suas atividades.

Parágrafo Único - A autorização para o exercício da atividade de despachante, concedida através do credenciamento, será concedida a título precário.

CAPÍTULO III

Da Competência

Art. 11 - São atribuições dos despachantes de trânsito:

- a) representar os interesses de seus clientes em processos de registro, transferência e outros relativos a veículos automotores e reboques;
- b) promover o licenciamento de veículos, inclusive retirando ou recebendo documentos em nome de seus clientes, pagar importâncias devidas e praticar todos os atos necessários à realização deste procedimento;
- c) verificar a regularidade documental e a identificação de chassi do veículo a cada transferência;
- d) encaminhar e acompanhar o andamento de processos que lhe forem confiados;
- e) requerer certidões para a instrução de processos;
- f) pagar, em nome de seus representados, impostos, taxas, multas e outros emolumentos;
- g) credenciar perante o DETRAN-PR empregado seu, na condição de preposto, para atuar como auxiliar em suas atividades;
- h) exercer suas atividades no âmbito do município para o qual foi credenciado, podendo atuar fora desta abrangência apenas em caso de desdobramento da representação que lhe for cometida;
- i) retirar do DETRAN-PR documentos de seus comitentes, mediante recibo.

§ 1º - O preposto indicado pelo despachante deverá ser maior de 18 (dezoito) anos e atender aos requisitos do artigo 6º, exceto a alínea "c", bem como comprovar o vínculo empregatício através do registro na CTPS.

§ 2º - Não é competência do despachante a prática de atos privativos dos advogados.

CAPÍTULO IV

Dos Deveres e das Proibições

Art. 12 - São deveres dos despachantes de trânsito:

- a) entrar no exercício de suas atividades em até 30 (trinta) dias após o ato de credenciamento;
- b) manter a atividade em caráter permanente, sem interrupção, salvo força maior ou autorização do Diretor do DETRAN-PR;
- c) tratar com urbanidade clientes e funcionários do DETRAN-PR;
- d) fornecer aos clientes a primeira via do protocolo que comprove a entrada da documentação no DETRAN-PR;
- e) manter afixado em seu escritório a tabela de taxas cobradas pelo DETRAN-PR, relativa aos serviços de sua competência;
- f) pugnar pelo fiel cumprimento das leis e regulamentos próprios de trânsito;
- g) quando no exercício da função, portar, de modo visível, a credencial expedida pelo DETRAN-PR;
- h) identificar-se através do nome, endereço e do número da credencial, em todos os atos e documentos encaminhados ao DETRAN-PR;
- i) fazer consignar nos impressos, processos de serviços, fachadas ou placas de identificação do estabelecimento e publicidade em geral a denominação do escritório, o nome e o número da credencial do despachante responsável;
- j) fornecer aos comitentes recibos de importâncias e documentos que lhe forem confiados;
- l) manter fichário de seus clientes, sujeito à fiscalização do DETRAN-PR;
- m) prestar contas de suas atividades ao DETRAN-PR, sempre que solicitado;
- n) acatar os regulamentos e instruções determinados pelo DETRAN-PR;

o) comunicar ao DETRAN-PR, em 24 (vinte e quatro) horas, a dispensa do preposto, efetuando a devolução de sua credencial;

p) ressarcir seus comitentes e o poder público por danos e prejuízos a que der causa, por ação ou omissão, inclusive por atos de seus empregados.

Art. 13 - É defeso ao despachante de trânsito:

a) delegar a outrem, mesmo que através de mandato, qualquer das suas atribuições;

b) aceitar o patrocínio de interesses alheios às suas atribuições;

c) desempenhar cargo, função ou emprego, ainda que não remunerado, em entidade da administração direta ou indireta, federal, estadual ou municipal;

d) manter filiais de seu estabelecimento;

e) praticar, com ou sem intuito de lucro, atos desnecessários à solução de assuntos a seu encargo, ou proferir-lhes o andamento.

Parágrafo Único - A responsabilidade administrativa não isenta o despachante da cível e criminal cabível.

CAPÍTULO V Dos Direitos

Art. 14 - São direitos dos despachantes, enquanto no exercício de suas atividades:

a) exercer com liberdade suas prerrogativas;

b) exercer individualmente ou em forma de sociedade sua atividade;

c) exercer outra atividade privada desde que sem prejuízo de sua condição de despachante;

d) não ser punido sem prévio processo administrativo em que seja assegurado a ampla defesa e o contraditório;

e) representar, perante as autoridades competentes, na defesa de suas atribuições, prerrogativas e direitos, contra quem quer que lhes embarace ou obste;

f) permutar em caráter definitivo, com outro despachante, municípios de atuação.

CAPÍTULO VI Das Penalidades

Art. 15 - São penas aplicáveis aos despachantes:

I - advertência, por escrito;

II - suspensão;

III - cassação da credencial.

Art. 16 - A pena de advertência será aplicada ao despachante quando infringir o disposto no artigo 12, alíneas de "a" a "j".

Art. 17 - Sujeitar-se-á pena de suspensão, de 10 (dez) a 90 (noventa) dias o despachante que:

I - houver sofrido, por mais de uma vez, a pena de advertência;

II - infringir o disposto no artigo 12, alíneas de "l" a "p".

Parágrafo Único - Durante o período de cumprimento da pena de suspensão não poderá o despachante, ou seu preposto, exercer suas atividades perante o DETRAN-PR, sob pena de cassação da credencial.

Art. 18 - A pena de cassação da credencial será aplicada nos casos de:

I - prática, no exercício da atividade de despachante, de ato definido como infração penal;

II - condenação irrecorrível pela prática de crime previsto nos Títulos I, II, X e XI da Parte Especial do Código Penal;

III - condenação irrecorrível, em qualquer caso, à pena de reclusão ou detenção, igual ou superior a 2 (dois) anos;

IV - infringir ao disposto no artigo 13;

V - infração ao disposto no parágrafo único do artigo 17.

Art. 19 - As penas de suspensão e cassação de credencial só serão aplicadas após regular processo adminis-

trativo, com prazo de duração de 30 (trinta) dias contados a partir da notificação prévia do despachante, prorrogáveis por igual período.

Parágrafo Único - Instaurado o processo administrativo, o despachante ficará suspenso preventivamente por no máximo 30 (trinta) dias.

Art. 20 - Na aplicação das penas serão consideradas a natureza e a gravidade da infração, os danos que dela provierem para a imagem da administração pública e os prejuízos que causar à categoria dos despachantes e aos seus comitentes.

Art. 21 - Compete ao Diretor do DETRAN-PR a aplicação das penas de suspensão e cassação de credencial.

Art. 22 - Da decisão do Diretor do DETRAN-PR que aplicar as penas caberá recurso ao Secretário de Estado da Segurança Pública, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º - O recurso, pelo mesmo fundamento, só será interposto uma única vez.

§ 2º - O recurso que aplicar a pena de cassação de credencial não terá efeito suspensivo.

Art. 23 - Da decisão que aplicar a pena de advertência caberá recurso ao Diretor do DETRAN-PR, no prazo de 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO VII Das Disposições Finais

Art. 24 - O despachante de trânsito não poderá ser transferido do município para o qual foi credenciado.

Art. 25 - Incurrerá em responsabilidade o servidor público que permitir que pessoa não devidamente credenciada exerça a atividade privativa de despachante.

Art. 26 - Fica assegurado aos atuais despachantes de trânsito credenciados esta condição, sejeitando-se à presente lei exceto no que concerne à habilitação e ao credenciamento.

Art. 27 - O Poder Executivo regulamentará esta lei em 60 (sessenta) dias, contados de sua publicação.

Art. 28 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.09.97.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Os despachantes constituíram-se enquanto profissão, no Brasil, em 1854. Desde então, a categoria vem auxiliando o poder público na prestação de inestimáveis serviços à comunidade de contribuintes.

No caso dos despachantes de trânsito, em especial, é reconhecidamente significativa a contribuição da categoria para a melhoria progressiva da qualidade dos serviços prestados pelos órgãos responsáveis pelo setor de registro de veículos automotores.

No Paraná, a atividade de trânsito é atualmente regulada pelo Decreto nº 2540/80. Ocorre que, com as consecutivas mudanças nas rotinas e procedimentos do DETRAN-PR, a categoria vem sentindo um crescente esvaziamento de suas atribuições, ainda que asseguradas pelo decreto regulamentador.

Considerando-se apenas os despachantes credenciados no Paraná, o número de profissionais no setor alcança 1.050 chefes de famílias. Levando-se em conta seus auxiliares, o número de pessoas envolvidas nesta atividade chega a 15.000 cidadãos paranaenses, que auferem o sustento de suas famílias do exercício desta profissão.

A modernização das rotinas e procedimentos, longe de criar obstáculos à atividade dos despachantes, pode ser uma aliada da categoria. Basta que haja um entendimento entre as autoridades do setor e as lideranças representativas dos despachantes para que se busque uma forma equilibrada de se proceder às mudanças em curso.

Para tanto, deve constituir-se em ponto de partida um diploma legal que dê consistência às regras que tradicionalmente regem o setor. É de se constatar que o decreto, por sua discricionariedade, é fator de instabilidade e insegurança para os profissionais que atuam na área.

A presente proposição, com o respaldo da categoria, já que o fruto de amplas discussões com os despachantes, além de consagrar competências, direitos e deveres já reconhecidos a esses profissionais, tem o mérito de propiciar um regramento com feição mais definitiva.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao Deputado Florisvaldo Fier, que irá fazer a apresentação do Orador seguinte Heitor Raimundo.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Srs. Deputados, nossos convidados que se encontram hoje no plenário para acompanhar a votação de um Projeto de Lei de autoria do Deputado Emerson Nerone cujo substitutivo foi feito por mim e por ele. Nós queremos chamar a atenção dos senhores para uma exposição que será feita por Heitor Raimundo, representante do Fórum dos Servidores Públicos do Estado do Paraná nesta tarde. Os Servidores Públicos que têm feito uma luta em defesa do Serviço Público, pela dignidade do Servidor Público e em respeito aos direitos da população traz até esta Casa as reivindicações dos mesmos que estão acampados em frente ao Palácio Iguaçu. Melhor do que eu, como diz o nosso companheiro Presidente da APP, o Romeu, só pode falar com mais propriedade da dor, aquele que a dor sente, então a gente convida o Heitor para fazer a exposição.

O SR. HEITOR RAIMUNDO - Senhor Presidente Luiz Carlos Zuk, demais membros da Mesa, Srs. Deputados, companheiros aqui presentes que também estão na luta pelos seus direitos, os companheiros do Movimento Sindical dos Servidores Públicos. A gente se sente honrado em voltar nesta Casa de Leis para reportar aos Senhores Deputados todas as angústias e aflições porque passam os Servidores Públicos Estaduais. A gente queria dizer que reconhece nesta Casa de Leis e queria fazer um agradecimento aos nobres parlamentares que têm tido postura na defesa do Servidor Público como o Annibelli, o Rosinha, o Rossoni, o Augustinho Zucchi, tantos outros que têm sido sensíveis a esta situação de fome e de miséria porque passam os servidores do quadro geral do Estado que a mais de 2 anos sem qualquer índice de reajuste e nós não queremos colocar aqui palavras que são nossas, queremos colocar aqui para os nobres Deputados palavras do nosso Governador Jaime Lerner quando em campanha. Ele nos afirmou que nenhum servidor público no Estado do Paraná, no seu mandato, teria perdas salariais, e nós reconhecemos que a grande maioria dos servidores públicos estaduais tiveram as suas perdas recuperadas no Governo Lerner, porém, 40.000 servidores do quadro geral do Estado estão com uma perda salarial apurada pelo DIEESE de 42% e é deles que a gente quer falar aos nobres Deputados. Faz o reconhecimento nesta Casa de Leis que tem sido sensível às reivindicações, mas talvez não tenham compreendido ainda esta estruturação do Poder Executivo, especialmente com o Quadro Geral do Estado que são aqueles servidores que hoje iniciam a sua carreira com 144 reais e terminam a carreira com 447 reais, isso sendo um terço dos servidores, ganhando inicial de carreira, e o salário médio do restante em 270 reais. É sobre isso que a gente queria colocar e nós queríamos colocar que pela primeira vez o Governo do Estado se sensibiliza com esta questão. A gente apresentou um estudo ao Governo do Estado e depois no dia 29 apresentamos aos Senhores Deputados, tivemos uma conversa com o Líder do Governo Valdir Rossoni que no mesmo dia levou esta questão ao governador, e para a nossa felicidade e para felicidade destes servidores, hoje nós saímos de uma reunião perto do meio dia, começamos às 10:00 hs., e já entre outras tantas reuniões que nós fazemos desde o dia 29, e saímos de lá pelo menos com o reconhecimento do governo, de que a nossa reivindicação é totalmente viável, mas a Secretaria de Administração nos colocou o seguinte: a

proposta de vocês é a nossa proposta.

Hoje, apresentou os estudos, eu não vou traçar aqui o estudo que nós apresentamos aos Deputados, mas seria bom registrar que quarenta mil servidores lotados em todos os municípios do Estado, em trezentos e vinte e sete municípios do Estado do Paraná estão lotados esses servidores do quadro geral do Estado, técnico, nível médio, operacional. O impacto na folha de pagamento para dar as perdas salariais, que somam quarenta e dois, dá 1,30.

Eu queria lembrar que os DAS, que nós não somos contra os que têm os reajustes, até porque são trabalhadores também, mas o reajuste de 137 para 3.500 cargos, 400 mil técnicos, o quadro geral, 3500 DAS deu 1,22. O nível superior que abrange 4.115 deu 1%. A Polícia Militar sem o reajuste do soldo deu mais de 1,30 e a correlação de 4.000 para 40.000 servidores.

Para nossa felicidade, hoje, na Secretaria de Administração, nós conseguimos inserir todos os pensionistas, dependentes, companheiros que trabalharam no serviço público, que estão sendo contemplados agora passando àquele índice de 35.000 para 41.000 servidores públicos que estão lotados, como eu já disse em todos os cantos do Paraná.

Hoje, a Secretaria de Administração referendou o nosso estudo. Disse que é uma proposta da Secretaria de Administração tão quanto a nossa. Acampou, quer dizer, fez a nossa proposta, a proposta do CEAB, e, agora, caminha esta proposta para os trâmites normais, que será a convocação do conselho de pessoal, com uma reunião, inclusive, com o Secretário de Administração, a Sua Excelência Reinhold Stephanes Júnior, que se comprometeu de antecipar.

Com relação a esta proposta, a única divergência que nós temos, e colocamos isso pela manhã, para o Sr. Secretário de Administração, é que nós gostaríamos que fosse de uma vez só.

Eu quero contar com vocês Deputados, e nós temos aqui no nosso acampamento, e estamos convidando vocês para conversar.

Hoje, temos no acampamento pessoas que nos contaram e todo dia aparecem, que eles têm que brigar. Esse servidor tem que brigar em casa para ver quem vai comer o pão de manhã, porque tem filho que vai para a escola, e a mulher que é diarista, que tem de trabalhar, e com o salário de 160 não dá para viver.

Nós gostaríamos que os Deputados fossem não só dar solidariedade, mas ouvir essas questões para entender a posição dos dirigentes sindicais nessa situação.

Eu queria fazer esse registro e dizer o seguinte: se possível, nós gostaríamos que essa parcela de 42%, que representa as perdas salariais do Governo Lerner, e aí o Governador cumpre com a sua promessa de campanha, que nenhum servidor não terá perda no seu governo. Agora, nós teremos de discutir com o Sr. Governador as perdas dos Governos anteriores, tanto Álvaro, como do Requião, que é um compromisso de campanha. Mas uma vez conferido esse reajuste aos servidores, de 42%, nenhum servidor público terá perdas salariais, se comparados índices de inflação de janeiro de 95 até agora. Eu faço esse registro para os Deputados mais uma vez, que tanto têm feito para os servidores públicos. A gente precisa reconhecer e no nosso acampamento, no nosso boletim que chega para cada Deputado, vocês têm visto o movimento sindical fazer esse reconhecimento da Assembleia Legislativa, no sentido da sensibilidade de defender os interesses dos Servidores e muito mais defender os interesses da população, porque a nossa primeira bandeira de luta na nossa pauta de reivindicação, no nosso compromisso velho e histórico: melhorar os serviços públicos prestados ao povo do Paraná. Esse é o nosso compromisso.

Para encerrar, a gente sabe que vários Deputados já estiveram com o Governador, conversando, sensibilizando, e é a partir daí que a gente acha que mudou essa situação de hoje, de atendimento da nossa proposta. A gente queria ir um pouquinho mais longe e pedir mais um favor aos nobres Deputados. O primeiro, é que continuem conversando com o Governador, porque ele viajará do dia 06 ao dia 16. Que antes dele viajar ou pelo menos se ele viajar ele outorgue a nossa Vice-Governadora Emília Belinati pa-

ra que ela coordene e que não atrase este envio da mensagem para cá, deste reajuste porque o Governador precisou viajar. Quer dizer, que seja conversando com o Governador neste sentido.

Em segundo lugar é que a gente queria, tão quantas outras oportunidades os Deputados fizeram, que chegando a mensagem do reajuste do Governo que transforme o plenário em Comissão, como fizeram nas outras vezes para as IES, para os professores, que também haja o mesmo procedimento.

Encerrando, eu queria reiterar aos Deputados nossos agradecimentos por terem ido conversar com o Governador, os Deputados da situação, da oposição e dizer para vocês que, em cada canto do Paraná aonde tem um servidor público, a notícia, e tomara a boa notícia de reajuste, possa chegar o mais breve possível.

E novamente pedir aos Deputados a celeridade neste processo de sensibilização e rapidez na questão do Governo enviar esta mensagem e também de aqui votarem o mais rápido possível, porque, com certeza, estarão amenizando a fome de 40.000 trabalhadores e conseqüentemente de mais de 150.000 pessoas neste Estado do Paraná, que são os servidores e suas famílias.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em nome do Deputado César Seleme, anunciamos em nosso meio a presença do Prefeito de São João do Triunfo, Lúcio Michaski, que nos honra com sua presença.

O Deputado Ademar Traiano anuncia também a presença em nosso meio dos Vereadores Nely Viola, Presidente da Câmara, e ainda o Vereador Leucir Santos.

Com satisfação, em nome do Deputado Duffio Genari, anunciamos em nosso meio a presença do paranaense, da Lapa, Deputado Estadual pelo nosso vizinho Estado do Rio Grande do Sul, José Westphalen Correia, que nos honra com a sua convivência em todos os encontros que participamos no Conselho Parlamentar do Sul, em Porto Alegre, bem como no Mato Grosso do Sul e Santa Catarina.

Hoje, com sua presença, ao lado do ilustre vice-Presidente, Luiz Claudio Romanelli, que, em nome da Mesa Executiva é o cicerone no Plenário para apresentação do ilustre Deputado.

Suspendo a sessão por dois minutos para que os Parlamentares tenham oportunidade de cumprimentar o ilustre paranaense, Deputado do Rio Grande do Sul, que nos honra com sua presença.

(Suspensão a sessão)

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Está reaberta a sessão. No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Horácio Rodrigues.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, com a especial deferência do orador que sobe à tribuna, apenas gostaria de fazer aqui um rápido registro e me somar, com certeza absoluta ao Líder do Governo Valdir Rossoni, que, de forma competente e extremamente eficaz tratou a questão dos servidores. E para dizer, Sr. Presidente, aqui, na qualidade de servidor que sou, sei dos problemas que passa, principalmente o quadro geral dos servidores do Paraná.

Ouvi atentamente a exposição do Dr. Heitor Raimundo que faz um trabalho extraordinário no sindicalismo do Paraná e que teve uma posição extremamente conseqüente e sensata, aqui na tribuna.

Então, acho que nos cabe, enquanto Parlamentares, juntamente com o Líder do Governo, nós, como fizemos da outra vez, Deputado Rossoni, buscar uma alternativa viável, como foi colocado aqui.

Já tive oportunidade de verificar os dados, um pequeno acréscimo no salário do quadro geral do Estado significa quase que nada na folha de pagamento do Estado, porque sabemos que o quadro geral dos funcionários do Estado do Paraná foi o mais sacrificado com relação a questão do reajuste.

Era esse o registro e vou me colocar à disposição para fazer parte da mesma Comissão que fizemos em outras vezes.

Agradeço a paciência e a deferência do nosso companheiro, Horácio Rodrigues, que já se encontra na tribuna de honra.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Concedo a palavra ao Deputado Horácio Rodrigues.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES - Presidente Neivo Beraldin, é quase desnecessário falar, depois desse discurso feito por um dos brilhantes Deputados que apóiam o Governo do Estado.

Porém, convém lembrar que por mais caro que fosse aos cofres do estado, Senhor Líder do Governo, por mais doloroso que fosse, e não nos permitindo o direito de tentar esconder as coisas, o quadro de funcionários do Estado do Paraná, fora os funcionários em cargos de comissão, são cargos políticos de confiança, são os grandes injustiçados em todas as administrações.

É evidente que no ano pré-eleitoral é muito fácil falar assim. Falei assim a respeito dos funcionários da Assembleia Legislativa, sem querer entrar em discussão com a Comissão Executiva, com o meu amigo, Deputado Aníbal Khury, mas defendendo também que um funcionário da Assembleia Legislativa é mal pago, fora os cargos em Comissão. Esses são bem pagos e alguns nem comparecem a Assembleia. Claro que é uma posição - não faltaram aqueles amigos, entre aspas, para nos colocar contra a direção da Assembleia Legislativa.

Pouco me importa, porque estou para ser colocado contra o Governador, contra quem quer que seja que não respeita o direito do trabalhador, que não é só o PT que defende. Muitos, a maioria silenciosa defende de uma maneira acovardada, porque os jornalistas, estes que trabalham aqui, que cobrem o trabalho da Assembleia, estes ganham uma miséria, mas o dono do jornal e da televisão está milionário. E não vejo ninguém com coragem para dizer isso.

Ora, qual é a eleição que você precisa para não apresentar nada? É melhor ir para a casa. Um homem da minha idade tem condições de ser aposentado ou deve ter a dignidade de falar a verdade. O funcionário público, não só do Estado do Paraná, de todos os estados, é um funcionário público descamisado, não tem nada, deve no supermercado, tem a conta cortada pela COPEL, quando tem telefone também é cortado pela TELEPAR do Sr. Álvaro Dias e ninguém fala nada, está tudo bom. "Funcionalismo, vote no Maurício Fruct que foi um bom prefeito", "funcionalismo, vote nesse que esse vai tentar mudar".

Recordo, quando Presidente da Câmara, fui a uma reunião de 10 mil pessoas numa praça em Curitiba, e todos que falaram antes foram vaiados. Falaria eu como Presidente, e depois, o então prefeito na ocasião, Sr. Jaime Lerner. Também fui vaiado. E esta via me serviu de vacina cívica para entender que ou você fala a verdade ou cala-se para sempre. Não estou aqui como um novato Deputado que assumi no lugar do Deputado Jocelito Canto, Prefeito de Ponta Grossa, o milagroso Jocelito Canto. Ganhou para Deputado, ganhou para prefeito, agora não tenho medo. Tenho votado com a oposição, tenho votado com o governo. Sou a favor de todos os pedidos de informação. E, este "cirquinho" de dizer voto ou não voto, não quero ouvir este Secretário, não quero ouvir aquele. Recordo quando o Prefeito de Curitiba, Rafael Greca, disse que as portas do Poder Público têm o direito de serem devassadas, de serem estupidadas pelo povo que quer falar.

Senhores Deputados, vou tentar disputar a reeleição não para mim, mas para o meu partido. Vou falar isto nos municípios que eu for, seja da liderança que for. Tenho bons amigos aqui nesta Casa, gente muito mais competente, muito mais letrada do que eu. Num aparte o professor calou a voz do aluno. O aluno falava que não adianta só movimento sem-terra, dê terra para essas pessoas e não dê semente, não dê amparo, eles morrerão todos de fome. Porque plantar no asfalto eles já estão habituados. Começou com o Governo Castelo Branco quando erradicou o

café e vieram todos para a cidade. Alguns se tornaram Deputados, outros ladrões, outros as duas coisas. E as meninas algumas professoras, outras prostitutas, porque a periferia das capitais são muito pobres. Você sabia mocinha?

(aponta para uma senhorita na tribuna de honra) Que um pai de família, hoje, quando a menina tem dezessete anos, manda arrancar todos os dentes da menina para ela poder casar e não dar despesa para o futuro marido. Isto é verdade. Falamos isto e pensamos que estamos fazendo circo. Não é circo não.

O funcionário público, o funcionário da Assembléia, da Câmara Municipal de qualquer lugar do Estado ganha mal. E eu, depois deste meu breve aparecimento, vou me sentar e escutar alguns Deputados da Oposição que, com muito mais propriedade também defendem o funcionalismo público.

Muito obrigado a vocês que, se não andam, pensam, falam e vivem e merecem todo o nosso respeito.

Muito obrigado mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente, Srs. Deputados. Subo a esta tribuna hoje para agradecer aos Parlamentares pelo reconhecimento e pela aprovação de um requerimento que entramos nesta Casa, parabenizando o bom trabalho da FUNDEPAR através do Presidente, Sigmundo Morgenstern, também dos diretores pelo brilhante trabalho realizado no interior do Estado do Paraná. Temos aqui, Senhor Presidente, Srs. Deputados, quando subíamos a esta tribuna, já dizíamos da responsabilidade, da capacidade e da determinação da FUNDEPAR, com respeito à construção de salas de aula, construção de quadras cobertas, enfim, obras de toda natureza nos departamentos onde diz respeito a Educação do Estado do Paraná. Só na Região de Campo Mourão em apenas um ano e meio, que vai de janeiro de 1995 a junho de 97, os investimentos da FUNDEPAR chegaram quase a 12 milhões de reais.

E quero aqui neste momento dizer uma coisa pelo reconhecimento desse Parlamentar, o reconhecimento também dos Parlamentares que aprovaram este requerimento de moção de aplauso, pelo reconhecimento do trabalho da Diretoria da FUNDEPAR. E tenho certeza com a escolha do nosso Governador Jaime Lerner, ele colocou o Zigue, o Antonio Celso, o Marcos Guelman para serem os responsáveis pela área da educação aonde diz respeito a construção de empreendimentos nas escolas estaduais, temos aqui que fazer esse reconhecimento, porque é digno, é justo, quando alguém trabalha com seriedade, com capacidade, não só enobrece o trabalho do Governo do Estado do Paraná, mas também enobrece o reconhecimento do trabalho daqueles deputados que representam o interior do Estado do Paraná nas suas regiões. Isso não é só com o Nelson Tureck isso com o Deputado Edno Guimarães de Cianorte, isso é com o Deputado Zucchi lá na região de Pato Branco, o Deputado Alborghetti na região de Londrina, é o Nelson Garcia na região de Umuarama.

Então, portanto, quero aqui fazer um agradecimento aos Srs. Deputados por terem apoiado este requerimento ao Presidente.

E queria dizer uma coisa, quando falo e subo nesta tribuna, para falar em nome do Governo do Estado do Paraná, é lógico temos o reconhecimento e temos acima de tudo sabemos do trabalho da competência de um governo que está preparando o futuro do Estado do Paraná. E não o futuro do Estado. Hoje se diz passado, se diz futuro, mas estamos no presente, o Paraná é o presente hoje, sendo feito pelo governador, vemos o nosso governador que já fez investimentos, mais de 9 bilhões na área da industrialização do Estado do Paraná. É só assim que o governo poderá dar aumentos salariais aos funcionários públicos, porque eu também sou um professor e sei da responsabilidade que tem esse governo, Sr. Presidente. Porque tanto se incentivou indústrias desse Estado do Paraná e não podemos jamais ficar dependendo só da agricultura, porque precisamos gerar emprego, temos que ter distribuição de renda e com a industrialização vamos ter mais arrecadação.

Aí vamos ter um governo mais feliz, porque somos felizes quando fazemos alguém feliz. E o Governo do Estado do Paraná, não é aqui dizer, ele queria dar muitas vezes um aumento digno, de respeito aos nossos trabalhadores mas não é possível pela queda da arrecadação. Não é possível por aquilo que se deixou de fazer nesse Estado, pela industrialização, que poderíamos ser um Estado mais forte hoje, competir com o Rio Grande com Santa Catarina, com São Paulo. Mas, a partir do momento da eleição da boa semente do Paraná, temos certeza que o Paraná vai se orgulhar e já está se orgulhando. Os nossos funcionários que ajudam esse governo a construir a respeitar esta bandeira do Paraná, e só com essas montadoras, só com a industrialização é que vamos ter uma arrecadação melhor porque vamos ter emprego e salário digno. É isso Sr. Presidente, que queria neste momento, além de agradecer o grande trabalho da FUNDEPAR, também dizer a respeito que um Estado precisa se industrializar e não ficar só na dependência. Temos que ser independente e é isso que o nosso governo está fazendo, pela grandeza desse Estado do Paraná.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente e Srs. Deputados.

Não tenho toda esta ênfase verbal, do nosso Deputado Nelson Tureck, lá da região da CONCAN. Mas não poderia deixar de vir a esta tribuna dizer de que é possível dar aumento aos funcionários, Deputado.

A primeira constatação que levantamos quando pegamos o Estado do Paraná e fizemos uma análise tributária do desenvolvimento da economia, é que a única política que se faz aqui para atrair as indústrias, é a isenção dos impostos e se você pegar o mapa das isenções, você vai isentando ICMS, isentando para a exportação de grãos, isentando para o frango, para o leite, para as montadoras e chega num determinado momento em que as isenções dadas em doses homeopáticas somadas, tem-se uma queda na arrecadação e o Estado do Paraná está na arrecadação, descendo a ladeira e estamos chegando ao final do governo Jaime Lerner e estamos descendo a ladeira. Aí parece os Três do Rio, parece a música "A Baixa do Sapateiro".

O aumento dos funcionários deveria ser pensado quando se dá isenção. Devia ser pensado numa recomposição do Fundo de Previdência eficaz, que recolhe, para diminuir 27% dos inativos que estão colocados na folha de pagamento como do orçamento que temos aprovado e não é no Fundo de Previdência. Também podia ser pensado em guardar uma grana para dar aumento aos funcionários, quando foram criados 600 cargos de alta remuneração no começo do governo. Ah! Se explica, não é? Era uma composição de várias frentes partidárias que precisava acolher a todos aqueles que apoiaram o governo! Isso explica mas não justifica.

Então Senhores, realmente falta a vontade política de ter uma visão sobre os servidores do Estado do Paraná, uma proposta clara e objetiva para os servidores do Estado do Paraná. Os professores, por proposta do Deputado Péricles, estaremos hoje na Secretaria da Educação, pedindo para que não sejam descontados os dias que os professores ficaram parados, reivindicando. Parece que esse é o troco que o Governo Jaime Lerner está dando aos professores que o apoiaram que é o desconto por ter reivindicado melhoria de salário, quando na maioria dos Estados brasileiros de alguma forma, deram aumento aos professores, o Estado do Paraná, não. No Estado do Paraná, temos uma política de aumento diferenciado de acordo com a pressão e os servidores estão certos em fazer a pressão, porque quando os delegados da Polícia Civil pressionaram, ganharam; quando os policiais da Polícia Militar pressionaram, ganharam também aumento.

Então tem que fazer como na roça: o boi só lavra se a gente toca. Então, quando o Governo do Estado assume as rédeas da Administração Pública, tem uma visão do futuro, tem que preparar uma política para os servidores públicos, sinalizar para os sindicatos e seus representantes, ter uma política de previdência para os servidores públicos, ter uma reserva de caixa, ter uma política tributária de arrecadar mais no Estado e não promover a industrialização para a conta ficar para o próximo governo pagar, não aca-

bar com o ensino de 2º grau para implementar no ano que vem um curso técnico de gestão, de técnico em vendas e de informática e deixar - recebeu verba do Banco Mundial - para a próxima implementação desses cursos e gastar com laboratório, com livros e etc.

É bem verdade que no ano que vem, quem sabe, teremos cursos técnicos de vendas e a biblioteca vai ser formada pela Livraria Ediouro, aqueles livrinhos que compramos em rodoviária, como "Como viajar sem conhecer o inglês".

Então o governo que não trabalha numa perspectiva de ter políticas voltadas para a educação, para a saúde, um orçamento que não é levado a sério, não poderia ter políticas para os servidores públicos. Então os servidores públicos têm que ficar firmes, exigentes, porque só assim conseguirão um aumento de salário, só assim serão atendidos, com toda a certeza, firmes e decididos, porque com esse governo, é como eu já disse: "O boi só lavra se for tocado".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Concedo a palavra à Liderança do PTB, do PDT, PMDB, Liderança do Governo.

O SR. NELSON TURECK (Pela Ordem) - Gostaria de registrar a presença de dois Vereadores de Campo Mourão, Vereadores Branco e Juvenal, que nos honram com a sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Essa Presidência se associa com os votos de boas vindas aos visitantes.

O SR. EDGAR BUENO (Pela Ordem) - Também para registrar a presença do Suplente de Vereador, de Cascavel, Juarez Faria. Faço esse registro pela satisfação que tenho e pela lembrança do nosso Deputado Edno Guimarães que curte grande amizade por pessoas de Cascavel, inclusive esse Suplente de Vereador, Juarez Faria.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Esta Presidência se associa com os votos de boas vindas aos visitantes.

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edgar Bueno, com apoio do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Edgar Bueno, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Reny Borsatto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 399/97, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Floral, **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 127, de 21.08.97)

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 410/97, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública o Recanto de Menores Imaculada Conceição, com sede e foro na Cidade de Floral, **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 135, de 28.08.97)

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL do Projeto de Lei nº 412/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Novo Sítio Cercado, com sede e foro em Curitiba, **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 135, de 28.08.97)

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 247/95, de autoria do Deputado Emerson Nerone, que dispõe sobre o Transporte Gratuito dos Portadores de Deficiência em Linhas de Transporte Intermunicipal. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.O.P.T.C. E C.S.P. SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.**

Em votação o Substitutivo Geral.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, antes de encaminhar o projeto, quero anunciar a presença de alguns companheiros e companheiras que vêm acompanhar a votação deste projeto: José Leite, Terezinha, Leoni, James, José Carlos, Nelson Moraes, Valdomiro, Sineide, todos da Associação de Pessoas Deficientes de Colombo.

Também José Apolinário e Edna, da Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes.

Nivaldo e Roberto da Associação de Deficientes Físicos do Paraná e o Pelegrin que representa a União das Entidades de Deficientes Físicos e Sensoriais do Estado do Paraná.

Senhor Presidente, esse projeto originalmente foi apresentado pelo Deputado Emerson Nerone, já no ano de 1995. Entrou na Ordem do Dia e saiu, quando foi desenvolvida uma intensa negociação de diálogo com representantes dos portadores de deficiência física, que aqui estão,

e também o então Líder do Governo, Deputado Algaç Tólio, e com o Doutor Gershow, da Secretaria da Criança e da Família.

Em função disso, foi elaborado um Substitutivo no qual todos acordavam e que assegura o direito ao transporte a esses portadores de deficiência, cuja lei já define, inclusive, quais são os portadores e a intensidade dela, o transporte gratuito, desde que solicitado por autoridade, devidamente constituído para isso. O mais importante, é que hoje no Brasil todo, qualquer Estado que visitarmos, mesmo tendo o transporte gratuito, os portadores de deficiência não podem fazer uso deste transporte, não podem porque não há ônibus adaptado para as cadeiras de rodas, não há ônibus adaptados para os diversos portadores de deficiência.

Esse projeto, no seu artigo 2º, estabelece a proposta, propõe a adaptação desses ônibus em 5% da frota. Isso na Europa, toda, já é feito, seja em trem, seja em ônibus municipais ou intermunicipais. Sabemos da preocupação do Governo do Estado do Paraná, tanto é que tem um responsável para a área da questão da deficiência, em relação aos deficientes físicos. E como nem tudo é possível adaptar num ônibus, também apresentamos, isso até por proposta do Doutor Gershow, que nos locais de parada

dos ônibus seja feita a adaptação para favorecer o direito de cidadania dos portadores de deficiência. Porque não adianta dizer que, tem transporte, se você não pode usá-lo. Não adianta você dizer que, tem o direito de ir e vir, se está impossibilitado. Este projeto, antes de tudo, é a construção da cidadania.

Pedimos aos Senhores Deputados, a todos, sem distinção de cor partidária, a aprovação a esse projeto, porque esse projeto vem atender aos interesses sociais de uma vasta camada da nossa sociedade, da sociedade paranaense.

O Governo do Estado tem dito e tem tido a preocupação que vimos, quando o Prefeito de Curitiba eliminou várias barreiras da nossa cidade. É necessária uma política para eliminar as barreiras do nosso Estado também, não somente de uma cidade da nossa Capital. Por isso, é que pedimos o apoio a este projeto.

O SR. EMERSON NERONE (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, senhores presentes aqui nesta sessão.

Quero, apenas, registrar a nossa profunda alegria por ver esse projeto, hoje, na Ordem do Dia, após, praticamente dois anos de lutas, de melhorias, de trabalho incessante, visando elaborar um projeto que fosse o mais perto da realidade, um projeto que, ao mesmo tempo, fosse possível de ser implementado e que representasse um avanço real em termos de conquistas para aqueles que são, não pelas suas deficiências físicas, mas pelas deficiências da própria sociedade, excluídas de um processo. A eles, a todos os deficientes, com este projeto passam a ter o mínimo de garantia naquilo que estabelece o artigo que diz: "Que o direito de ir e vir, é para todo o cidadão."

Isso não é uma realidade no Brasil, e pode se tornar realidade a partir do momento em que esse projeto for colocado na prática, efetivamente, com os cuidados do Estado, com a fiscalização do Estado das empresas que na sua imensa maioria, detêm o monopólio dos transportes intermunicipais linha a linha neste Estado. Este projeto, não há ainda uma comemoração de nossa parte, pela sua aprovação, mas comemoração de fato vai se dar não no momento da aprovação mas no momento em que ele for efetivamente implementado, fiscalizado, colocado em prática pelas empresas e aí passa a ser uma função do Poder Executivo sob, Deputado Alborghetti, os olhares dos Deputados Estaduais que tem que fiscalizar atos do Executivo e obrigar o Poder Executivo, nas suas instâncias variadas, a fiscalizar a implementação deste projeto.

Queria ler o relato que foi feito em 1995 ainda que justificava a colocação deste projeto aqui na Assembleia Legislativa.

(Lê):

"As empresas de ônibus, informalmente, já doam passagens a pessoas portadoras de deficiência, especialmente alunos das APAEs, a fim de permitir que os mesmos, residentes em cidades que não contem com escolas especiais, possam se deslocar até os municípios mais próximos e que tenham estrutura para trabalhar na área de educação especial. Entretanto, os pais ou responsáveis pelos beneficiários reclamam do processo da concessão das passagens, que é demorado e exige o deslocamento dos pais ou responsáveis até as cidades onde as empresas de ônibus concedentes tenham escritório.

A Constituição Federal, em diversos artigos, trata da proteção aos portadores de deficiência e essa proteção deve envolver a habilitação e a reabilitação dessas pessoas evitando que fiquem à margem do desenvolvimento social.

O artigo 220 da Constituição Estadual também traz como obrigação do Estado a assistência aos portadores de deficiência, buscando a sua integração à sociedade.

As entidades beneficentes que atuam na área de reabilitação são fundamentais nesse processo, motivo pelo qual este projeto pretende oferecer condições de acesso a esses serviços para pessoas portadoras de deficiências cujas famílias não têm recursos, objetivando sobretudo evitar que a carência financeira crie barreiras intransponíveis para essas pessoas que vivem em mundo que privilegia tão-somente os sãos.

A sociedade moderna é essencialmente competitiva e as pessoas são, a todos os momentos, estimuladas a valorizar o sucesso e a compleção física, os que não se enquadram nos moldes socialmente aceitos, normalmente são aleijados. Dessa forma, necessitamos implementar formas de integração para os portadores de deficiência, valorizando suas potencialidades e contribuindo para oferecer opções de reabilitação.

Em face do exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres Deputados para a concessão desse benefício às pessoas portadoras de deficiência.

E aqui chamo a atenção dos Senhores Parlamentares, é um alerta, a maioria das pessoas que estão aqui hoje, portadoras de deficiências, são oriundas das cidades vizinhas de Curitiba e a proximidade de Curitiba facilita o acesso a mecanismos já criados pela Iniciativa Privada ou pelo Governo a Centros de Reabilitação, no Interior isto é extremamente mais complicado. Este projeto não prevê uma gratuidade simples mas através dos LOAS e da implementação dos Conselhos Municipais de Assistência Social, prevê que haja pelo menos uma igualdade de tratamento com relação às pessoas que moram no Interior ou nas cidades mais longínquas.

Num segundo momento o projeto prevê, não com menos intensidade, mas, a adaptação dos ônibus num percentual de 5%, um percentual que tende a crescer mais, num primeiro momento de 5%, e existem técnicas modernas de adaptação dos ônibus que fazem com que os custos das passagens não sejam aumentados de forma alguma, não há nenhum tipo de relação, com um trabalho muito bem feito e elaborado, não há nenhum tipo de desculpa de não implementação pelo preço da passagem, mesmo porque as passagens são extremamente caras, são muito acima dos preços aceitáveis e a dita Planilha de Custos dificilmente é fiscalizada, em pouquíssimos lugares é fiscalizada efetivamente pelo Poder Público, de forma que esta não é uma desculpa e esta desculpa não poderia tirar este projeto de sua aprovação. O Deputado Romanelli e o Deputado Cesar Seleme votaram na Comissão de Constituição e Justiça os seus pareceres, o Deputado José Maria Ferreira na Comissão de Obras Públicas Transportes e Comunicação e o Deputado Sâmis da Silva, na Comissão de Saúde Pública, e todas as Comissões opinaram favoravelmente a esse projeto, entendendo que tanto a constitucionalidade quanto ao mérito são assegurados e positivos.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Em votação o Substitutivo Geral. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **APROVADO.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 081/96, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Amor e Caridade, de Lindianópolis. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 018/97, de autoria do Deputado Péricles Holleben Mello, que declara de Utilidade Pública a Associação Pontagrossense de Esporte para Deficientes Físicos. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 260/97, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública o Lar São Roque, do Município de Nova Aurora. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 470/97, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública o Núcleo Social Batista, com sede e foro no Município de Umuarama. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 016/97, de autoria dos Deputados Aníbal Khury, Péricles Mello, Ângelo Vanhoni, Irineu Colombo, Florisvaldo Fier e Emerson Nerone, que autoriza a realização de Plebiscito na Reserva Indígena Apucarantina, para que a população decida sobre a transferência da área para o Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 23, de 19.08.97)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 016/97

P A R E C E R:

RELATÓRIO

O presente projeto de resolução de autoria dos Nobres Deputados Aníbal Khury, Péricles Mello, Ângelo Vanhoni, Florisvaldo Fier, Emerson Nerone e Irineu Colombo, tem por objetivo autorizar a realização de plebiscito na Reserva Indígena Apucarantina, para que a população decida sobre a transferência da área para o Município de Londrina.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça entende que o projeto de resolução analisado cumpriu com os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 56, que dispõe sobre a criação de municípios e transferência de território.

CONCLUSÃO

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 16.09.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sobre a mesa, requerimentos nºs 2157 e 2158, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2159 e 2160, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimentos nº 2164, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2168, de autoria do Senhor Deputado Aníbal Khury, com apoio do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2169 a 2171, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2128, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. Em votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para encaminhar) - Acredito que não haja necessidade de votarmos este requerimento, porque no mesmo dia em que foi me entregue este requerimento, o levei em mãos ao Governador Jaime Lerner, onde tivemos a oportunidade de discutir esses estudos que foram feitos.

Para nós da Bancada de apoio ao Governo é importante que se coloque aqui, de que o Governador já tem esse conhecimento, a Secretaria de Administração também tem, e o Chefe da Casa Civil já tem também. Vejo que este requerimento neste momento é inócuo.

SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Para Encaminhar, com a palavra, o autor do requerimento, Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, não posso concor-

dar com o Deputado Valdir Rossoni, porque nós mesmos quando apresentamos este requerimento tínhamos informações extra-oficiais, que também extra-oficialmente, tinha sido encaminhado ao Governador este Documento elaborado pelo DIEESE, que diz respeito as repercussões financeiras do reajuste dos servidores públicos do nível operacional e do nível médio do Quadro Geral do Estado do Paraná.

A decisão que tivemos, de apresentar esta proposta é no sentido de que ao aprovarmos este requerimento, através de uma manifestação do Plenário desta Casa, estaremos também de certa forma manifestando por inteiro o apoio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através dos Senhores Deputados a esta proposta, a essa reivindicação.

Pelo que manifestou o Heitor Raimundo no seu pronunciamento como representante do fórum, fica evidente que existem negociações, existem esforços, principalmente de V. Exa., Deputado Valdir Rossoni, quanto a que o Governo do Estado conceda este benefício na forma de um ajuste salarial aos servidores do quadro geral.

Por esta razão, tendo V. Exa. se manifestado já favoravelmente a isto, tendo já levado pessoalmente, façamos com que esse requerimento seja aprovado, para que não seja apenas uma manifestação de V. Exa. mas de todos os Parlamentares desta Casa em favor dos servidores do Quadro Geral do Estado.

Por isso peço a aprovação e compreensão de V. Exa. porque acho que seria uma medida inteligente, da nossa parte, aprovar este requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Votação, **APROVADO.**

Requerimento nº2151, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 2142, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente de sessão anterior. Em votação.

O SR. WALDIR ROSSONI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados,

Não vamos nos colocar contra a transcrição disso aqui nos anais da Casa. Porque o que escreveu o Sr. Carlos Nasser neste jornal nada mais é que um torcedor de outros time. É a mesma coisa que eu fosse escrever sobre o Atlético torcendo para o Coritiba.

O que me admira muito é o Deputado Romanelli ter esta atitude quando ele foi vice de um Sr. Parlamentar que trocou de Partido diversas vezes. Então acredito que não podemos agir de duas formas sobre o mesmo assunto. Não nos colocaremos contra, aprovaremos o requerimento porque nós não levamos isso a sério e nem em consideração.

Que fique claro, é importante, Sr. Presidente, que não concordamos com o posicionamento deste jornalista, mas não levamos a sério deixamos que isso passe.

O SR. ROMANELLI - Agradeço, Deputado Valdir Rossoni pelo apoio, a expressão do ex-Deputado Dr. Carlos Nasser certamente é de muitos paranaenses e brasileiros que, estupefatos, assistem a cena política do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Em votação, **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata.)

Requerimento nº 2152, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. Em votação.

O DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, esse requerimento é de nossa autoria, o Líder do Governo nos passou cópia de um ofício enviado pelo Secretá-

rio de Estado de Meio Ambiente, vamos analisar o documento e se for preciso em contato direto com o Líder do Governo obter outras informações.

Em função desse acordo retiro este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Está retirado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 01, à hora regimnal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDACÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 322, 423, 436 e 441/97.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 247/95.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 016/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 249, 456 e 457/97.

Vende-se deputados até 3 de outubro, aceita-se cheques pré-datados, liquidamos ponta de estoque, para substituir coleção.

Procurar na Assembléia, as ofertas devem ser postas num envelope fechado. Anúncio válido até o 3.º dia do próximo mês.

Horível, mas verdadeiro. Tenho senso de humor, mas não brinco nesta coluna.

Imaginem o Bill Clinton mudando para o Partido Republicano, a comoção na imprensa e na opinião pública americana. Continua a imaginar Joel Maciel chegando no Atletiba com a camisa do Atlético. Vá em frente e coloque prof. Roberto Campos na reunião do PT defendendo a candidatura Lula-Brizola.

Não dá liga misturar água e azeite, é mais fácil trocar de mulher do que um conservador entrar no Partido Trabalhista Inglês. Talvez seja por isto que a Inglaterra daquele tamanho dominou 45% do mundo. O sol jamais se punha no Reino Unido.

Aqui um seo deputado Carlos Simões mudou de partido 4 vezes, sendo governo e oposição e retornando ao governo em menos de um ano. As opiniões variam de acordo com as necessidades do momento. Ou se faz uma Legislação Eleitoral definitiva com fidelidade partidária ou teremos o caos político depois das próximas eleições.

Na minha análise ética este comportamento equivale ao dos jovens que queimaram o índio Gaudêncio em Brasília. Só que multiplico por mil o efeito nocivo causado à sociedade brasileira pelos políticos (?) que mudam de partido por interesses pessoais. Não há um mínimo de coerência comportamental, não há um mini-

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, EM SESSÃO DO DIA 30 DE SETEMBRO DE 1997.

" ROUBARAM MEU VOTO"

Carlos Nasser.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO DOUTOR ROSINHA, EM SESSÃO DO DIA 30 DE SETEMBRO DE 1997.

"MANCHADO A CARVÃO"

Luiz Geraldo Mazza.

mo de respeito pelo programa do partido que o elegeu como não há o menor respeito pelo eleitor que escolheu seu nome. Pula-se da oposição para o governo com a mesma facilidade com que se muda de pasta de dente. A partir de hoje o deputado Simões passa a ter sabor de hortelã, só mudou a embalagem. Quem deve fazer as leis e regular a ação do estado e da sociedade se apresenta como um transgressor primária. Sobe na calçada de automóvel e atropela as crianças na saída do colégio para tomar mais um sorvete na carrocinha da Kibon.

Pensem no mal que estes políticos (?) estão fazendo ao Brasil. Somem o sofrimento da população marginalizada, faminta, despossuída, incapaz de poder comprar um vidro de remédios para o filho, enquanto quem tem poder de legislar, não tem moral, nem o mínimo de respeito à sociedade em que vive. Cada vez mais fico assustado com os gritos do Galvão Bueno, quando diz "Brasil! Brasil!", começo a achar que o gol foi contra.

Esta semana as lágrimas vieram quando li que morreu o soldado japonês que resistiu nas selvas de Guam 27 (vinte e sete) anos sem se render, e não sabia que a guerra tinha terminado. Levou ao extremo a disciplina do seu exército. Quando descoberto voltou ao Japão como símbolo do heroísmo nipônico, comoveu o país e levantou a honra da pátria derrotada na guerra.

Não se rendeu, jamais deixou cair a bandeira do imperador. A pátria acima do sofrimento, o uniforme que derreteu o corpo do soldado. A vida com dignidade. Quando meu Deus! quando este país terá um mínimo de decência.



Os desgastes que Lerner sofrerá no andamento da questão fundiária serão colírio perto dos efeitos dessa decisão idiota de montar a termelétrica a carvão em Pontal do Paraná ou Paranaguá. Em primeiro lugar, todo o efeito protécnico visual dos Jogos Mundiais da Natureza, com toda a sua carga motivadora de caráter ambiental, diluir-se-á ante a violência dessas tolices que é botar no litoral, já estreito e agredido pela especulação imobiliária (e presente no lançamento de coliflores em toda a extensão da praia), esta usina que lançará diariamente nada menos de 300 toneladas de resíduos.

Não bastasse o delito de lesa-Paraná, que foi a entrega da melhor das hidrelétricas do sistema, a de Salto Caxias, a uma parceria desnecessária, ainda que recomendada pelo modelo energético, e que assume majoritariamente os ganhos das resultantes (51% a 49% como se propala), ainda temos a contabilizar o ato primário da opção por um energético que nenhum dos homens do corpo técnico da Copel, pela cultura corporativa de tantos anos, admitiria como válido por ser antieconômico e agressivo.

As lições em Curitiba não foram aprendidas por Lerner. Só no mundo virtual e da manipulação a cidade é ecológica, conquanto isso seja repetido como axioma. Esquentes de anos passados revelaram, com os 300 casos de leptospirose e algumas mortes, que tal empulsação, mesmo quando bem intencionada e voltada para o ânimo das pessoas relativamente ao ambiente e à Capital, é viável.

Cosa a irresponsabilidade, aliás com tramitação fácil numa Assembleia que nada investiga e a tudo diz não, o impacto nessa imagem será devastador. Não se precisa chamar o "Green Peace", que tem estrutura logística para encerrar abusos dessa natureza e detonar a farsa que se está armando com a empresa chilena que seria a majoritária na organização e que se origina do país que menos cautelas adota com relação a agressões ambientais. Urge conchamar, assim, a consciência dos apolíticos, do seu corpo técnico e funcional, dos biólogos, dos especialistas de área, para mostrar que não há mimetismo possível que justifique a monstruosidade. A Universidade Federal cumpriu parte da sua obrigação em fazer o "Fórum" sobre o assunto, agora transformado em permanente. É preciso organizar a reação à violência.

Lerner imagina, em computação gráfica, um canal onírico, hoje entulhado de lixo e esgoto, entre Pontal do Sul e Matinhos. Simplifica as coisas, botando marismas e coque de vernice, barcos e pedralinhos, quivotos e bigodas de sonho, na simulação. E na prática erige as chaminés que esconderão o maior ornamento da área, a Ilha do Mel, e que lançando chuveiro ácido sobre a orla

irrevocavelmente ainda fala, em outro projeto virtual e de marketing, em "baia limpa". Orinda, deira mórbida demais. Reincidência específica.

VINHETA Nas praias do Paraná, o maior poluidor é o esgoto humano. Agora, porém, chegou o momento do "estrôncio" com a termelétrica. O próprio Lerner tinha uma pista, bem construída, sobre a poluição pelos coliformes fecais de Caiobá e que se resumia ao seguinte: "Não faça de um vilão uma arma. A vítima pode vir você". E realmente, em tempo de cheia, uma passada de descarga equivale a um lançamento de torpedo de um submarino para atingir banhistas indefesos.

PEDESTRE Hoje Curitiba tem a oportunidade rara de ouvir um Don Quixote desses tempos mercantileiros: o engenheiro Eduardo José Darin, que foi assistente do marxista Paul Baran, ora envolvido na defesa do pedestre num seminário sobre circulação na Câmara Municipal, às 14 horas. Ouçam uma recomendação dele: "Alguns povos ricos de Curitiba, como do resto do Brasil, começam a converter para o que existe de pior nos países mais ricos e na civilização ocidental. Para o novo rico, "andar a pé ou de ônibus é coisa de pé de chinelão". Foi isso que ouvimos de paulistanos de classe média no início da década dos 70, quando para lá mudamos do Rio. Até São Paulo, 25 anos depois, congestionada e sufocada por 4,3 milhões de veículos automotores. Enquanto isso, centenas de milhares de pessoas frequentam academias dispendiosas para queimar excesso de gordura e tomar calmantes e remédios para suportar tensões e a poluição geradas pela cidade, em que o trânsito é um dos maiores responsáveis. Vejamos um dado de investimento do Metrô em São Paulo sobre a viagem a pé: trajetos de mais de 500 metros, que representavam 25% do total de viagens, em 1977, cresceram para 36%, em 1987, e há previsão de que chegarão a 39% em 2002.

BIZARRICE O repentinista Jota Carlos, sobre a euforia dos vencedores que ganharam a eliminar que parante que podem sair do PTB sem perder o mandato. "Se documento assinado// não vale o que a gente pensa// no julgamento et irado// também não vale a sentença//"

SPRAY Saiu ontem na "Folha de S. Paulo" que o Paraná vai perder a condição de estado que mais destrói a Mata Atlântica e para a Bahia de ACM. Pelo jeito, Lerner está querendo empapalar, outra vez, com essa história da termelétrica.

POLCLORE O terrista, empolgado com os múltiplos arco-íris e que se crezam com borboletas na Garganta do Diabo, emocionado: "Este Jaime Lerner é genial!"

CRÓDRO Ainda bem que não há os sem-lix que jamais emorgam no sem-terra.

AFORÍSTICO Nos "Jogos Mundiais da Natureza", Raquão trece pelo "El Niño".